



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: NA VISÃO DOS SUPERVISORES E GESTORES

Autores: SUZANNE SANTANA OLIVEIRA, LEONICE VIEIRA DE JESUS PAIXÃO, MICHELLE DE OLIVEIRA RUAS, SUELY FERREIRA TEIXEIRA, VIVIAN CRISTINA LEITE SILVA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: NA VISÃO DOS SUPERVISORES E GESTORES

INTRODUÇÃO

O presente artigo teve como objetivo analisar como são construídos e atualizados os PPPs das escolas investigadas, compreender se este documento realmente é elaborado de forma coletiva e se o mesmo é utilizado para elaboração e execução das atividades didáticas pedagógicas. Para a elaboração deste artigo foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, para a coleta dos dados utilizamos uma entrevista semi-estruturada, que foi aplicada a 12 sujeitos dentre supervisores e diretores de instituições públicas da cidade de Montes Claros –MG.

RESULTADOS E DISCURSÕES

Projeto Político Pedagógico mais conhecido como PPP, é um instrumento fundamental de articulação e organização da instituição, para o alcance de bons resultados no processo de ensino e aprendizagem, sendo este um documento flexível, o mesmo deve ser reformulado de acordo com as necessidades da escola sempre dentro do que for possível. Segundo Libâneo (2004), “este é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar”.

A elaboração deste documento surgiu a partir das determinações da Constituição Federal de 1988, que em seu art. 206, determina: VI- Gestão democrática do ensino público, na forma da lei, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) que estabeleceu à escola progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, determinando ainda nos artigos 12, 13 e 14 que

No artigo 12, inciso I, os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de *elaborar e executar sua proposta pedagógica*. No artigo 13, os docente incumbir-se-ão dentre outras coisas, de *participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino* (Inciso I) e *elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino* (Inciso II).

No artigo 14, são definidos os princípios da gestão democrática, o primeiro deles é *a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola*.

Sabemos que mudanças causam impactos na organização da escola e do fazer pedagógico, portanto a construção de um documento coletivo como estabelecido na legislação é algo que causa grandes mudanças na escola, nas palavras de Gadotti (1994, p. 579):



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Portanto este documento é de extrema importância para a escola, pois a partir do dele que será organizado todo o funcionamento da instituição escolar, detalhado os seus objetivos e as suas metas, dando a cada instituição uma identidade própria. Freitas (1992, p. 23) afirma que:

essas novas formas têm que ser pensadas em um contexto de luta, de correlações de força – às vezes favoráveis, às vezes desfavoráveis. Terão que nascer no próprio "chão da escola", com apoio dos professores e pesquisadores. Não poderão ser inventadas por alguém, longe da escola e da luta da escola.

Isso mostra o quão é necessário o apoio de toda a comunidade escolar na elaboração deste documento, não somente na sua construção mais no acompanhamento da sua execução.

Para materialização do nosso estudo realizamos uma pesquisa de campo exploratória descritiva com uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e interpretativo. A pesquisa de campo exploratória e descritiva “[...] tem por objetivo descrever completamente determinado fenômeno [...]”, conforme registram Marconi e Lakatos (2007, p.190). Esta se caracteriza pela ida do pesquisador ao campo para coletar dados, com o intuito de compreender os fenômenos ocorridos, analisá-los e interpretá-los. A pesquisa foi realizada em 12 escolas da rede pública de Montes Claros nos meses de novembro e dezembro de 2017, sendo 07 escolas estaduais e 05 municipais. Sendo utilizado como instrumento uma entrevista aplicada aos supervisores e gestores das referidas escolas.

Ao analisar os dados da pesquisa de campo encontramos os seguintes resultados: todos os supervisores e gestores responderam positivamente que as escolas possuem PPP.

Então perguntamos como este documento foi construído e todos responderam que o PPP foi construído coletivamente.

Perguntamos então se o PPP é utilizado na elaboração dos planos de ensino, todos responderam que sim e a supervisora 4 destacou que

o PPP é o documento norteador de todas as ações da escola. Dessa forma, ele organiza o trabalho pedagógico de toda a escola, favorecendo a concretização das ações propostas, sendo que a principal possibilidade de construção do projeto pedagógico passa pela relativa autonomia da escola e capacidade de delinear sua própria identidade. Logo, ele é utilizado na elaboração dos planos de ensino. Este consiste na organização do processo de trabalho a ser desenvolvido pelo professor no ano letivo em curso, em cada turma e em cada disciplina, tendo como base, principalmente o CBC – Currículo Básico Comum do Ensino fundamental – CBC/EF e as matrizes curriculares. Sua elaboração é da responsabilidade do professor com o apoio e orientação do especialista em educação e deve ser feito no início do ano letivo após o conhecimento, pelo docente, de sua turma. E ainda, ao elaborar o Plano de Ensino, o professor deve, juntamente com o Supervisor, definir os conteúdos específicos a serem ensinados e o nível de entendimento desejável a ser alcançado pelos alunos, considerando as diretrizes e orientação curriculares emitidas pela Secretaria de Estado da Educação e as diretrizes do Plano Pedagógico de Escola.

Para finalizar perguntamos aos entrevistados com que frequência é feita a avaliação do PPP, os mesmos responderam que



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

É feita a avaliação da execução do PPP da escola? Com qual frequência?

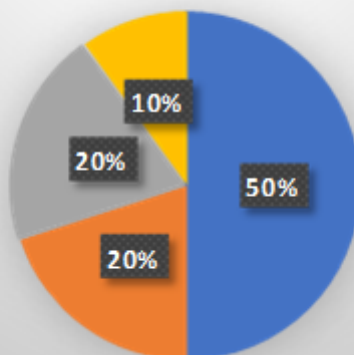
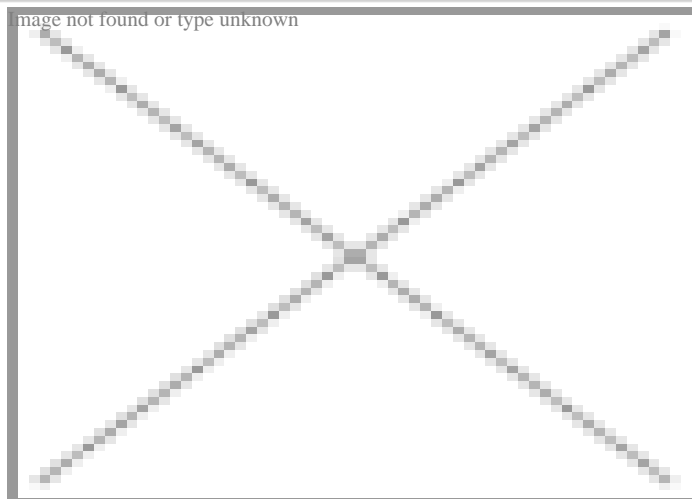


image not found or type unknown



Como observado obtivemos várias respostas, 50% falaram que a avaliação ocorre anualmente, 20% ocorre semestralmente, 20% a cada dois anos e 10% não souberam responder com exatidão.

O supervisor 6 destacou que na escola “o PPP é revisto anualmente ou mesmo antes desse período, se a comunidade escolar sentir tal necessidade. É importante fazer uma avaliação periódica das metas e dos prazos para ajustá-los conforme o resultado obtido. A revisão é importante também para fazer um diagnóstico de como a instituição está avançando no processo de transformação da realidade. Além disso, o plano deve passar a incluir as novas orientações da SEE e os conhecimentos adquiridos nas formações permanentes, revendo as concepções anteriores, e quando for o caso, modificando-as”.

CONCLUSÕES

Como percebemos na realização da pesquisa percebemos que as escolas pesquisadas possuem o PPP e que este é um documento imprescindível para a escola, nas respostas dos entrevistados ficou claro que nele consta as propostas a serem cumpridas por todos os membros da equipe gestora e pedagógica, e ainda consta a organização e execução das atividades educacionais a fim de contribuir para melhor qualidade no processo de ensino aprendizagem, os entrevistados não souberam com clareza determinar o período de reformulação do documento, este ponto deve ser revisto pelas instituições pesquisadas, uma vez que este documento atender todas as metas e necessidade da cada instituição, sendo necessário está sempre sendo revisto para acompanhar as mudanças educacionais e sociais da comunidade atendida.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M

ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 12 mar. 2015.

FREITAS, L. C. Neotecnismo e formação do educador. In: ALVES, N. (Org.). **Formação do Professor: pensar e fazer.** São Paulo: Cortez, 1992. GADOTTI, Moacir. **Organização do trabalho escolares.** São Paulo, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica.** 5ª Ed. 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização da escola: teoria e prática.** 5ª ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 4ª edição Papyrus, 2002.